

Maria Filomena Gregori

Prazeres perigosos

**Erotismo,
gênero e
limites da
sexualidade**



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2016 by Maria Filomena Gregori

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Kiko Farkas e Ana Lobo/ Máquina Estúdio

ILUSTRAÇÕES

Carla Caffé

PREPARAÇÃO

Lúgia Azevedo

ÍNDICE REMISSIVO

Luciano Marchiori

REVISÃO

Jane Pessoa

Angela das Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gregori, Maria Filomena

Prazeres perigosos : erotismo, gênero e limites da sexualidade / Maria Filomena Gregori. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2016.

Bibliografia

ISBN 978-85-359-2727-6

1. Acessórios eróticos 2. Comportamento (Psicologia) 3. Erotismo 4. Fantasias sexuais 5. Identidade de gênero 6. Sexo — Aspectos sociais 7. Sexualidade I. Título.

16-03204

CDD-306.7

Índice para catálogo sistemático:

1. Erotismo : Comportamento sexual : Sociologia 306.7

[2016]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/ciadasletras

	8	16	
	Prefácio	Apresentação	
	A vida baunilha e seus consolos		
	Eliane Robert Moraes		
1.	30	61	106
Prazeres	1.	2.	3.
	Entre o prazer e o perigo: o erotismo politicamente correto	Mercado erótico e feminilidades: sex shops em São Paulo	Usos
2.	148	181	197
Perigos	4.	5.	6.
	SM	Limites da sexualidade: entre riscos e êxtase	Arremates
	205	208	213
	A pesquisa	Agradecimentos	Apêndice
			Perfil dos entrevistados
	216	243	265
	Notas	Referências bibliográficas	Índice remissivo

Prefácio

A vida baunilha e seus consolos

Eliane Robert Moraes

8 Ao terminar este livro, o leitor terá conhecido um mundo estranho. Um mundo misterioso que, mesmo para quem já ouviu falar dele ou frequentou suas bordas, raras vezes se oferece em uma visão de conjunto. É precisamente essa lente em grande-angular que a leitura de *Prazeres perigosos* propõe a quem acompanha passo a passo a entrada de sua autora nesse universo, ela também uma neófito quando ali chega.

Apresentada em detalhe, a visita nos conduz a espaços emblemáticos do mercado erótico contemporâneo, a começar pelas sex shops de San Francisco, nos Estados Unidos, cujas prateleiras exibem uma parafernália de acessórios sexuais, cada qual ostentando enorme gama de variações. O melhor exemplo são os dildos — também conhecidos no Brasil como “consolos de viúva” —, que podem ser encontrados nas cores lilás, azul-claro, rosinha ou vermelho cintilante, em texturas que variam entre o látex e o silicone, quase sempre em forma idêntica à do pênis, mas podendo ou não incluir o saco escrotal, sendo uns duros, outros moles, uns mais gros-

sos, outros menores, uns feitos de tecido, outros de couro, e daí por diante.

Semelhante variedade se testemunha nas lojas de São Paulo que atendem pelo nome de “boutiques eróticas”, onde lubrificantes, cremes e cosméticos sexuais disputam espaço com dadinhos, cartas de baralho e outros brinquedos picantes, aos quais se acrescentam bonecos infláveis de todo tipo e uma grande diversidade de fantasias femininas (enfermeira, colegial, tiazinha, empregada, bombeira, coelhinha etc.). Em matéria de sex toys, aliás, as escolhas são redobradas, incluindo capas e bombas de extensão peniana, brincos para mamilos, vibradores (*rabbits*), estimuladores em forma de calcinha (*butterflies*), além de produtos para sexo anal como plugues e toda sorte de consolos que se possa imaginar.

As visitas da antropóloga não se restringem ao comércio varejista, estendendo-se aos espaços privados dos *peep shows*, às salas de conferências onde se ensina “sacanagem” para senhoras ou “marketing erótico” para profissionais, e outros lugares afins, entre os quais se destacam os clubes, os bares e as festas reservados à prática do sadomasoquismo. Nestes, os cenários e acessórios mostram-se ainda mais invulgares: os *dungeons* (masmorras) são em geral ornados com cruces, argolas, algemas, suportes de metal, roldanas, correntes, cordas, relhos, raladores, cangas para prender pescoços e braços, e outros instrumentos de tortura. Os mais comuns são os *floggers*, chicotes feitos de corda, camurça ou couro com tiras mais ou menos grossas, por vezes com pontas finas e leves para melhor “aquecer” a pele, preparando-a para o *spanking*.

Não cabe aqui detalhar a curiosa e extensa etnografia proposta no livro de Maria Filomena Gregori (conhecida como Bibia), que resulta de rigoroso trabalho de pesquisa realizado nos Estados Unidos e no Brasil, focando as manifestações do erotismo contemporâneo que expõem transformações na delimitação das fronteiras entre prazer e perigo. Trata-se, para

a pesquisadora, de examinar práticas que colocam em jogo as distinções sociais entre norma e transgressão, consentimento e abuso, deleite e dor, e todo um campo móvel de polaridades que supõe reiteradas interrogações sobre os “limites da sexualidade”. Trata-se igualmente, para colocar na nomenclatura SM, de perceber como se articulam os hábitos sexuais de seus praticantes e a “vida baunilha” a que estão sujeitos, com seu cotidiano comum e sem graça.

10 O estudo revela algumas regularidades que demandam reflexão. Uma delas, que poderia ser nomeada como “questão do objeto”, mostra-se central ao longo da leitura, ganhando perturbadora complexidade — antes de tudo, pela impressionante quantidade e diversidade de objetos sexuais que se multiplicam de forma surpreendente nesse universo, como se sua presença sempre renovada realmente fosse indispensável para a eclosão das cenas eróticas. Judith Butler e Gayle Rubin, citadas por Bibia, chegam a afirmar que não é possível falar de fetichismo ou de sadomasoquismo sem pensar na “produção da borracha, nas técnicas e nos acessórios usados para o manejo de cavalos, no brilho dos calçados militares, na história das meias de seda, no caráter frio e oficial dos instrumentos médicos ou no fascínio das motocicletas”. Relacionadas a tais peças-chave da vertiginosa cultura material do capitalismo, essas “mercadorias desejáveis e glamorosas” implicam um poder de sedução que nada deixa a dever àquelas expostas nas inumeráveis prateleiras das lojas de departamento dos grandes centros urbanos.

Mais que isso, porém, a ostensiva presença dessas mercadorias nas cenas fetichistas e sadomasoquistas parece acionar uma forma particular de desejo que transfere as funções e qualidades dos objetos para os sujeitos nelas implicados. Não por acaso, independente da posição ocupada por seus participantes, a maior parte das práticas eróticas aqui examinadas supõe uma efetiva passagem para o “estado de

objeto” que visa a transformar as próprias pessoas em mercadorias desejáveis. Aqui, o fetichismo da mercadoria trava um pacto de fundo com o fetichismo sexual, para nos obrigar a reconhecer a singularidade do processo de fabricação, material e imaginário, de um obscuro objeto do desejo.

Situação-limite, por certo, diante da qual empregar conceitos relevantes em outros contextos teóricos — como “reificação” ou “objetificação”, respectivamente formulados pelo marxismo e pelo feminismo — seria facilitar demais o que está em jogo. Aliás, um dos méritos deste livro está justamente no fato de que sua autora jamais cai nessas armadilhas, preferindo se expor aos desafios interpretativos que o universo de sua eleição lhe impõe.

Um testemunho cabal da transformação dos sujeitos em objetos é dado já nas primeiras páginas de *Prazeres perigosos*, quando a antropóloga descreve um “play de suspensão” num clube SM da capital paulistana. Pendurado por cordas que saem de duas vigas do teto e três arcos de aço, o corpo de uma “escrava” é amarrado de barriga para baixo, de modo a deixá-la completamente sem chão. A imagem que se compõe diante dos espectadores, diz Bibia, “impressiona pela estática. O orgânico é transformado em estátua”. A exemplo dessa cena, aqui resumida, outras descrições apuradas nos revelam cada passo da pragmática da inquietante passagem para o estado objetal, que, nas práticas sadomasoquistas, alcança seu momento de maior esplendor. Isso não significa, porém, que se deva menosprezar toda uma série de dispositivos menores que têm por função o preparo do corpo e da mente para que tal passagem ocorra conforme planejado.

Cabe, portanto, interrogar a presença recorrente de aparatos pedagógicos que insistem na observação dos “modos de uso” num ambiente que, a princípio, parece ser tão libertário. A quantidade de manuais nas sex shops chama a atenção, quase todos voltados ao aprendizado de técnicas de exercício

sexual, com ilustrações e descrições dos movimentos corporais, sempre evidenciando a preocupação de tornar legítima a prática em questão. É o que ocorre também nos cursos, palestras e workshops do mercado erótico, que ensinam strip-tease e jogos sensuais, com o objetivo de “retirar o caráter de perversão dos exercícios, descaracterizar qualquer sentido patológico atribuível aos agentes envolvidos”, e de enfatizar que “a expansão das fronteiras eróticas reforça a autoestima, libertando de preconceitos e estimulando a imaginação”. Os catálogos, folders e vídeos da loja norte-americana Good Vibrations revelam até mesmo o esforço de tornar o sadomasoquismo uma alternativa erótica aceitável, valendo-se de uma retórica sobre o jogo consensual entre parceiros que experimentam as posições de dominação e de submissão. “Tudo parece estar sendo cuidadosamente montado para encenar uma situação que teatraliza a humilhação”, sublinha a pesquisadora, para concluir que a “dor parece não fazer parte dessa encenação, assim como o subjugo real ou concreto”.

12

Como acontece com todo esforço pedagógico, este também pode incorrer em insucessos e fracassos. Ainda que os prazeres perigosos sejam acionados em meio a um conjunto de controles, consentimentos e liturgias, há situações que terminam por extrapolar o limiar do “são, seguro e consensual”, implicando riscos efetivos à integridade física e moral das pessoas. Apesar do empenho do mundo SM em esconder as ameaças da morte, por vezes elas se fazem ouvir mais alto. Isso só faz ampliar as tensões, não resolvidas, entre transgressão, modos de legitimação de condutas e preferências sexuais que constituem o território normativo e prático de tais experiências. Essas tensões, por seu turno, apelam para novas normas e negociações que por vezes resultam em transformações significativas nas formas como a sexualidade é vivida.

Eis, de forma sintética, uma das instigantes conclusões a que chega a autora de *Prazeres perigosos*, cumprindo a

promessa de nos revelar o estado da questão nos dias de hoje. Mas o estudo faz ainda mais e supera o próprio objetivo ao apontar outros horizontes da vida sensual que excedem os limites do vivido e do contemporâneo. Lembra Bibia que “ao lidar com a sexualidade nas suas expressões eróticas, estamos diante de experiências que mobilizam fantasias e fantasmas: situações, referências, imagens, fragmentos de memória e sensações que, mesmo sendo gestados em torno e no campo das normas, apontam para além delas. As fantasias não são o oposto da realidade”. Tem razão a pesquisadora, pois, em matéria de erótica, não há uma linha que separe em definitivo as realizações no plano empírico das fabulações no plano imaginário. Afinal, praticado ou não, todo erotismo supõe fantasia.

Daí que a diferença fundamental entre o sexo real e o imaginário esteja, sobretudo, no fato de que o primeiro fica sempre sujeito a limitações, enquanto o segundo pode abandonar-se por completo ao ilimitado da fantasia. Daí também a diferença cabal entre a ideia que norteia a prática sadomasoquista estudada neste livro e as mais notáveis ficções literárias do sadismo e do masoquismo, que, diga-se de passagem, jamais se juntam numa só palavra. Com efeito, entre o *desejo de absoluto* que preside a erótica de um Sade ou de um Sacher-Masoch e o *desejo de moderação* que orienta o imaginário SM contemporâneo há muito pouco em comum.

Exemplos dessa tendência moderadora não faltam na extensa etnografia aqui apresentada, não raro girando em torno das “convenções mutuamente compartilhadas” que presidem as práticas de um sexo quase sempre proposto como “radical”, mas igualmente enfatizado como “seguro, saudável e consensual”. É o que se pode ler na descrição das atividades de um famoso clube do gênero nos Estados Unidos, cujos proprietários e frequentadores dizem não medir esforços para “assegurar o conforto” durante os experimentos sadomasoquistas, no empenho de garantir “um ambiente intensamente

sexual e, simultaneamente, aconchegante e confiável". Não é difícil perceber que, nesse ponto, o desejo de ser objeto esbarra no desejo de controle, revelando uma ambiguidade constitutiva desse universo.

Ora, cabe indagar, não haveria aí um paradoxo insuperável?

Pergunta que se desdobra em muitas outras, colocando em xeque não só a retórica do consolo como a própria qualidade dos "consolos" de que se valem os praticantes do SM na sua obstinada tentativa de escapar da vida baunilha. Como, então, compreender esses teatros da humilhação, em cujas encenações, como recorda a pesquisadora, a dor parece não fazer parte? E, para além das soluções de ordem prática, como entender as reiteradas diligências de uns e outros que, no exercício da crueldade física, se propõem a garantir conforto na dor?

14

As questões de fundo que pulsam neste trabalho são plenas de gravidade e coincidem com a inquietação dos mais finos pensadores da literatura e da filosofia que enfrentaram o tema do prazer no sofrimento. Entre eles está Jean Paulhan, que, no prefácio ao clássico da erótica francesa *História de O*, afirma categoricamente que falar de masoquismo "nada mais é que acrescentar ao verdadeiro mistério um mistério falso, de linguagem". Escusado dizer que tal juízo valeria em dobro para o termo sadomasoquismo.

Indaga então o escritor: "Que quer dizer masoquismo? Que a dor é, ao mesmo tempo, prazer, e o sofrimento, alegria?", para responder em seguida — não sem uma boa dose de ironia —, com as sábias palavras que este texto pede de empréstimo a título de conclusão:

Que novidade! Assim, os homens teriam finalmente encontrado o que tão assiduamente procuravam na medicina, na moral, nas filosofias e nas religiões:

o meio de evitar a dor — ou, pelo menos, de ultrapassá-la; de compreendê-la (mesmo se quisermos ver nela o efeito da nossa tolice ou dos nossos erros). [...] Resta-me, então, admirar-me de que não se lhes tenha dado maiores honras; que não se tenha espreitado seu segredo. Que eles não tenham sido reunidos nos palácios para melhor serem observados, fechados em suas jaulas.

Este livro oferece ao leitor uma via de acesso a tais mistérios.
Vale a pena abrir a porta.



1. Prazeres

1.

Entre o prazer e o perigo: o erotismo politicamente correto

30 Este capítulo trata de pornografia. Em particular, examina algumas de suas interfaces com o feminismo. É sugestivo tomar de empréstimo, como ponto de partida, a definição de pornografia aceita e difundida entre os especialistas: expressões escritas ou visuais que apresentam, sob a forma realista, o comportamento genital ou sexual com a intenção deliberada de violar tabus morais e sociais.¹ Ainda que o senso comum estabeleça uma distinção entre erotismo e pornografia, emprego os dois termos indistintamente, seguindo a orientação dos estudiosos da tradição de escritos e imagens eróticas desde o Renascimento.²

No uso corrente, o erotismo se relaciona à literatura libertina do século XVIII, em especial aos escritos do Marquês de Sade, e sugere uma série de reflexões no âmbito da filosofia e das artes sobre as tensões entre liberdade e convenção. É feita uma associação entre o erotismo e os exercícios do espírito que tendem a qualificá-lo como algo que transgride o que é sancionado sexualmente a partir de formas “distintas”,

“profundas”, abertas ao pensamento erudito e à imaginação artística. Pornografia seria a contraparte empobrecida, degradada, ou melhor, diria respeito aos materiais (imagens, escritos, objetos) produzidos no âmbito do mercado, visando lucro imediato, envoltos numa aura de vulgaridade e desrespeito a direitos. Assim, o erotismo corresponderia às indagações eruditas, e a pornografia, ao mundo mercantilizado e massificado.

Essa polarização entre o erudito/sofisticado e o massificado/vulgar tem sido corroborada em ensaios sobre o erotismo. Em seus escritos da década de 1990, Octavio Paz (2001) chega a afirmar que “nunca se imaginou que o comércio suplantaria a filosofia libertina e que o prazer se transformaria em um parafuso da indústria” (p. 143). O momento atual, segundo ele, marca uma passagem da pornografia como atividade artesanal e transgressora para um mecanismo de publicidade que “fez da liberdade sexual a máscara da escravidão dos corpos” (p. 144). Outros estudiosos e intelectuais, sobretudo a partir dos anos 1970, apresentam a mesma desconfiança ou ambivalência, cuja ênfase recai não tanto sobre os aspectos perniciosos ou imorais, mas sobre essa vinculação entre pornografia e mercado. Angela Carter (1978) afirma que a pornografia não é inimiga das mulheres, porém manifesta clara preocupação com o encapsulamento cada vez mais significativo desses materiais pelo comércio, retirando o potencial explosivo de toda a sexualidade. Susan Sontag (1987), dez anos antes, em 1969, e com particular atenção às formas literárias e artísticas do que brilhantemente chama de imaginação pornográfica, também expressa certo desconforto com a ampliação do mercado do consumo erótico.

No meu estudo, sigo a vertente inaugurada por Lynn Hunt (1993), que, na introdução de uma competente coletânea de artigos historiográficos sobre a invenção da pornografia, alerta que o despontar desse tipo de representação e prática está firmemente associado ao nascimento da imprensa,

ou seja, à possibilidade de reprodução gráfica barata. O fato de não estar a serviço das engrenagens de comércio mais públicas não retira o aspecto mercadológico dessas transações.³ Paula Findlen (1993) assinala que a pornografia como transgressão a convenções morais sancionadas está presente em obras de autores como Pietro Aretino desde o século XVI e condensa o sentido moderno desse tipo de representação.⁴

No marco da cultura renascentista foi criado um mercado para o obsceno, no qual Aretino e Vignali, autor de *La Cazzaria* (1525-6), produziram obras proibidas, fazendo uso das gráficas emergentes com vistas a uma audiência masculina. As imagens veiculadas nesses livros já circulavam desde o século XV, e os temas empregados não eram propriamente inovadores, mas sua difusão e veiculação em meio à cultura impressa eram. É importante destacar que os tipos e as temáticas desse material impresso do século XVI ao XVIII expressavam crítica à ordem estabelecida. Tratava-se de uma tradição literária que, mesmo levando em conta a variedade de inspirações e estilos, avizinhava-se da sátira política. As regulações ou censura, bem como a perseguição legal de muitos autores, tinham como foco restrições de natureza religiosa ou política.

32

No fim do século XVIII e início do XIX, a pornografia passou a representar ameaça à decência, perdendo parte de sua conotação política e se consolidando como negócio. Ainda que com uma configuração clandestina, um mercado se organiza em torno das publicações, inclusive em países como o Brasil. Alessandra El Far (2004), ao investigar a literatura popular depois de 1870, encontrou um universo de “romances para homens” nas listas de lançamentos em jornais. A maioria das publicações era pornográfica. Inicialmente, eram traduções portuguesas dos sucessos franceses; aos poucos, despontaram títulos de autores nacionais.⁵

A crescente visibilidade do mercado em torno dessas imagens e desses escritos implica algo que Susan Sontag já

assinalava no final dos anos 1960, ao dizer que um dos valores desses materiais reside em sua capacidade de expressar as disposições de uma época. Esses indícios, contudo, não devem ser lidos literalmente, na medida em que a “pornografia é um teatro de tipos e não de indivíduos” (Sontag, 1987, p. 56), ou seja, é protagonizada por tipos satíricos, elaborados a partir de convenções extraídas do repertório social. Em *Sade*, a autora encontra o uso mais representativo dessa escritura: nele, o princípio de insaciabilidade — base de uma imaginação que tende a tornar cada pessoa intercambiável com outra e todas as pessoas intercambiáveis com coisas — é explorado ao limite.

De acordo com Frappier-Mazzur (1993), a palavra “obscena”, ao exagerar o contraste entre o rude e o elegante, a classe baixa e a classe alta, o masculino e o feminino, lida com a transgressão social nos termos de uma hiper-realidade, em que a realidade é apresentada em formas quase grotescas. Ainda que não se possa apostar no poder transformador desses escritos e imagens e afirmar que os pornógrafos eram feministas, os retratos das mulheres — mesmo que desenhados por homens e para a satisfação masculina — valorizavam a atividade sexual feminina certamente muito mais do que os textos médicos.

Parafrazeando Simone de Beauvoir a propósito de *Sade*, não devemos queimar materiais pornográficos. Antes de ameaçar, eles expõem e registram tensões, ressignificações e fissuras das normas de gênero e de sexualidade. Em particular, são expressões e práticas que produzem efeitos sobre o campo em que essas marcas habitam, bem como sobre o universo político que tenta traduzir marcas em direitos.

A relevância da pornografia para a política esteve em destaque em um debate acalorado nos Estados Unidos entre, de um lado, feministas que organizaram o movimento antipornografia e, de outro lado, feministas que se posicionaram como antipuritanas, abrindo novos campos de reflexão sobre mino-

rias sexuais. Examinar a literatura que dá base a esse debate interessa, sobretudo, pela articulação proposta pelos interlocutores de cada uma das vertentes do embate entre violência e erotismo, cujas implicações são, no mínimo, intrigantes.

PRAZER E PERIGO

O final dos anos 1970 representa um momento particularmente significativo na história do ativismo feminista americano, cujos efeitos resultaram numa reconfiguração do campo teórico. Em meio à ameaça da retomada da moralidade tradicional por intervenção da New Right,⁶ apareceram no cenário político feminista grupos com posições antagônicas. Em 1976 foi criado o Women Against Violence in Pornography and Media, em 1979 o Women Against Pornography e, em 1978, o Samois (primeiro grupo lésbico sadomasoquista). É interessante notar que a reação ao moralismo de “direita” fez emergir, paradoxalmente, de um lado, um moralismo feminista antissexo protagonizado pelo movimento contra a pornografia — não menos normatizador do que a retórica que caracterizava a New Right — e, de outro, uma contraposição dentro da comunidade lésbica na tentativa de legitimar apostas e alternativas sexuais como o sadomasoquismo, desafiando a máxima de que jogos de dominação e submissão constituem apenas as relações heterossexuais.

Os grupos antipornografia — que fazem parte do que os estudiosos de campo denominam como feminismo radical (Ferguson, 1984) — eram compostos por mulheres identificadas com uma parcela da comunidade feminista que não apenas rejeitava o sexo heterossexual por uma questão de opção sexual, mas como consequência de uma leitura particularmente determinista sobre a dinâmica de poder das relações heterossexuais. Catharine Mackinnon,⁷ considerada um dos

avatares do feminismo radical, elaborou as bases teóricas da argumentação a favor da intervenção legislativa contra a livre circulação da pornografia, que resultou mais concretamente na elaboração, em conjunto com Andrea Dworkin, de uma lei antipornografia.⁸ Toda a discussão proposta por Mackinnon consiste em negar que a pornografia seja apenas uma representação, cuja força estaria restrita, no sentido usual de palavras ou imagens, a difamar ou ofender. Para ela, trata-se de um material elaborado performaticamente como um ato de poder e, em particular, como forma de subordinação das mulheres pela construção de sua imagem como objeto sexual.⁹ Segundo essa linha de raciocínio, a pornografia tem poder normativo inquestionável, privando a mulher de uma identidade legítima. Como se nota, nessa teoria — que pode ser tranquilamente chamada de teoria da objetificação das mulheres — há uma noção de que o “engate” entre a imagem e a experiência é literal. Esse modo de ver restringe o espaço dos sentidos alternativos, bem como nega que sejam materiais perpassados por ironia, transgressão ou paródia.

Além disso, segundo Judith Butler (1997), o determinismo rígido que apoia essa teoria gera implicações: ao partir do pressuposto de que toda relação de poder é uma relação de dominação, toda relação de gênero só poderia ser interpretada a partir de posições rígidas, associadas, sem maior exame, ao “homem” e à “mulher”.

O feminismo radical hasteou sua bandeira contra o que chamava de “instituições heterossexuais”, como a pornografia, tomando-a como um exemplar da violência contra as mulheres. Foram definidos também outros alvos, como o sadomasoquismo, a prostituição, a pedofilia e a promiscuidade sexual. É importante assinalar a aliança desse movimento aos grupos feministas que atuavam contra a violência, causando impacto considerável na arena política e teórica do feminismo.

No início da década de 1980, dada a imensa visibilidade pública do feminismo radical, vozes saídas do campo feminista, mas também da comunidade lésbica, ensaiaram o contra-ataque. Nelas, avistamos toda a discussão travada pelas vertentes críticas ao essencialismo que caracterizava o discurso sobre a opressão desde a década de 1970. Uma conferência realizada no Bernard College em Nova York, em 1982, foi o estopim dessas novas perspectivas, reunindo feministas heterossexuais e lésbicas que apoiavam e tomavam como objeto de reflexão as alternativas sexuais que defendem o prazer dos parceiros, incluindo as práticas que estavam sob o alvo das feministas radicais. Os resultados da conferência foram publicados por Carol Vance em *Pleasure and Danger* (1984). Esse livro representa um marco importante no campo, pois problematiza e recusa a associação da sexualidade aos modelos coercitivos de dominação, bem como a articulação deles a posições estáticas de gênero, em um mapa totalizante da subordinação patriarcal. Vinda da tradição feminista em favor da liberdade sexual — que reuniu, além de ativistas, estudiosos de várias origens disciplinares —, Carol Vance criou a convenção acerca do erotismo mencionada na “Apresentação”, que organiza parte considerável das atuações e reflexões do feminismo contemporâneo, assim como ajudou a consolidar um novo campo de pensamento na crítica cultural: as teorias *queer*,¹⁰ que trouxeram novos âmbitos de reflexão e maior visibilidade aos estudos gays e lésbicos. Tal convenção sugere a ideia de que a liberdade sexual da mulher constitui prazer e perigo, o que acabou por ampliar a discussão sobre a problemática do prazer. Em contrapartida, há uma tendência a dissociar o prazer do perigo, tomando-os como resultados, em separado, sem examinar os nexos que os articulam. Ao evitar cair no determinismo rígido e simplificador do feminismo radical, essas novas perspectivas criaram uma armadilha, quando não um ardil: uma ênfase quanto à concepção de

prazer, cujo significado não foi inteiramente problematizado em termos sociais e históricos, resultando em uma aposta de que traz em si uma força liberadora, desde que submetido ao consentimento entre parceiros.

Gayle Rubin (1984) afirma no artigo “Thinking Sex”, que consta da coletânea de Carol Vance, que a relação entre o sexo e o feminismo sempre foi complexa pelo fato de a sexualidade ser o nexos da relação entre gêneros e de muito da opressão nascer, se constituir e ser medida a partir dela. Dessa complexidade, derivam as duas tendências já assinaladas: uma que concebe a liberação sexual como mera extensão dos privilégios masculinos, e outra de crítica às restrições do comportamento sexual das mulheres, ligada ao movimento de liberação sexual dos anos 1960. Enquanto a primeira linha, segundo a autora, criou toda a retórica antipornográfica que representa o que o movimento feminista tem produzido de mais retrógrado do lado de cá do Vaticano, a segunda tem produzido estudos e práticas inovadoras relativas ao prazer e às escolhas sexuais. A relevância do artigo de Rubin, segundo Judith Butler, se deve ao fato de ela ter salientado que o feminismo não é o único discurso — ou o mais apropriado — a tratar das relações de poder formadas e reguladas pela sexualidade.¹¹ Esse “feminismo” criticado por Rubin é aquele constituído pelas teorias de Catharine Mackinnon, em que se acredita que a modelação, a direção e a expressão da sexualidade organizam a sociedade em dois sexos, mulher e homem.

Para Rubin, as relações sexuais não podem ser reduzidas às posições de gênero, e a inter-relação sexualidade-gênero não pode ser tomada pelo prisma da causalidade nem fixada como necessária. Nesse sentido, ela adota uma posição de aliança com as minorias sexuais e propõe uma nova conceituação. Nela, apresenta elementos descritivos e teóricos para a noção de que os atos, práticas e escolhas sexuais nas sociedades ocidentais modernas se realizam no interior de

um sistema hierárquico de valorização sexual, no qual a sexualidade considerada normal é a que se exercita em meio às relações heterossexuais, firmadas em matrimônio, visando à reprodução. A esse padrão se seguem outras situações escalonadas na hierarquia valorativa, em posição decrescente: casais heterossexuais, monogâmicos, não casados; solteiros com vida sexual ativa; casais estáveis de gays e de lésbicas; gays solteiros, sem vida promíscua; gays solteiros, com vida promíscua; fetichistas; sadomasoquistas; posições não masculinas ou femininas (travestis, drag queens etc.); sexo pago; sexo intergeracional (em particular, o que se dá entre adultos e menores de idade). Os últimos comportamentos estão na base do sistema, condenados a uma desvalorização sistemática, alguns deles chegando a ser objeto de punição judiciária — como a pedofilia.

38 No artigo citado, Rubin associa as diferentes práticas do seu sistema ao que chama de minorias sexuais. Ela faz uso de um procedimento analítico que associa a escolha sexual à constituição de identidades coletivas, seja pela capacidade de segmentação — tão característica da sociedade americana —, seja pelo esforço da própria autora de dar legitimidade política aos praticantes do sexo socialmente não valorizado. O fato é que, a partir desse marco, um novo campo de teorias se abriu, trazendo novas e intrigantes contribuições. Intrigantes porque, ao examinar mais detidamente a produção sobre o tema da sexualidade na década de 1990 — principalmente nos Estados Unidos —, salta aos olhos a quantidade de estudos relativos às práticas sadomasoquistas, fetichistas etc. entre pessoas do mesmo sexo.

Mesmo que Gayle Rubin tenha tentado deslocar a proeminência do feminismo como voz exclusiva ao tratar da sexualidade e sugerir que é preciso garantir a flexibilidade de olhares para dar conta de um conjunto mais diverso de minorias sexuais, é notável a visibilidade que os escritos

gays e lésbicos ganharam no século XXI. Foi reconhecido, na bibliografia, que tais estudos não apenas levaram a público um tratamento mais sistemático das realidades empíricas, vividas por populações homossexuais, como trouxeram contribuições teóricas para pensar os efeitos mais profundos do modelo heterossexual. Particularmente, chamo a atenção para a discussão no campo feminista sobre sexualidades heterodoxas, com clara tendência a enfatizar os fenômenos e práticas relativos ao campo do lesbianismo. De fato, boa parte dos escritos críticos e do debate teórico apresenta essas duas vertentes: a primeira trata a questão do desejo, na linha da teoria da objetificação do corpo feminino; a segunda critica a demonização da sexualidade, mas situa e circunscreve toda a discussão no desejo feminino presente em relações mulher/mulher. Há, nesse caso, uma clara delimitação do debate acerca desse conjunto de relações humanas que estão sendo vistas, em tese, como perpassadas pela equidade. Como se refletir acerca de alternativas e perversões sexuais só fosse possível sobre uma base de relações que pressuponham uma simetria. Como se por se tratar de pessoas do mesmo sexo o consentimento já estivesse garantido de antemão e a violência e o perigo fossem transpostos para a arena dos prazeres.

Essa é uma hipótese que construí a partir não apenas da leitura do material bibliográfico sobre o tema, mas também de pesquisa empírica nas sex shops de San Francisco e Berkeley. Parece haver uma espécie de duplicação entre essa tendência, presente nos desenvolvimentos teóricos do feminismo — principalmente o das vertentes “*pro-sex*” ou “*antifeminismo radical*” —, e a abertura de um campo alternativo no mercado para o sexo. Neles, observei uma série de tentativas que questionam o mercado convencional do sexo e uma promessa de um erotismo politicamente correto, cujo sentido seria o de transgredir as restrições ao livre exercício da sexualidade. Se práticas sexuais qualificadas como vio-

lentas (SM e alguns fetichismos) são condenadas nas relações heterossexuais, nas sex shops para gays das redondezas da Castro Street, na Califórnia, e na Good Vibrations, loja criada em 1977 nas imediações do Mission District, elas ganham lugar, visibilidade, aceitação e acessórios.